



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

**O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS MEDIDAS
ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO.**

As medidas de proteção à criança e ao adolescente podem ser definidas como providências que visam salvaguardar qualquer criança ou adolescente cujos direitos tenham sido violados ou estejam ameaçados de violação.

Dividem-se em: genéricas e específicas.

As *genéricas* decorrem da ação ou omissão da sociedade ou do Estado, da falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, e da conduta do menor, mas visam protegê-lo.

As *específicas* são as previstas no art. 101, incisos I a VIII, e serão determinada pela autoridade competente.



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

As medidas de proteção podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, tendo em vista o interesse da criança ou do adolescente.

Na aplicação das medidas, deve-se levar em conta preferencialmente aquelas que visem fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Pois bem. A grande questão que, contudo, deve ser colocada, para fins de **reflexão**, ao caros colegas que militam na área do Infância e adolescência, esta em saber a **viabilidade de instauração, por iniciativa do Ministério Público, de procedimento de jurisdição voluntária, geralmente intitulado de “pedido de providências” ou “pedido de aplicação de medida protetiva”**,

O Estatuto da Criança e do Adolescente criou o Conselho Tutelar, previsto no art. 131, como órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A Lei 8.069/90, especificamente no artigo 136, inciso I, reza que é atribuição do Conselho Tutelar, atender as crianças e adolescentes nas hipóteses nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII.



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

Interpretando o mencionado artigo, encontramos, na Obra Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado, Coordenador **Munir Cury**, editora Malheiros, página 455, o seguinte comentário:

“Como órgãos incumbidos pela sociedade de zelar pelos direitos das crianças, têm atribuição de atendê-los, aplicando, quando sofrerem ameaça ou privação de seus direitos (artigo 98), ou quando se tratar de criança autora de infração penal (artigo 105), as medidas adequadas de proteção (artigo 101, I a VII), inclusive as que forem estabelecidas pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, I a VI, para o adolescente de ato infracional. De atender aos pais ou responsáveis, aplicando-lhes, se necessário, as medidas previstas no art. 129, I A VV; de encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; de representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda do pátrio poder nos caso previstos em lei”



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

O artigo 101, do ECA, prescreve que verificada as hipóteses previstas no art. 98, **a autoridade competente** poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: *encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apóio e acompanhamento temporário; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospital ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;abrigo em entidade e colocação em família substituta.*

Por autoridade competente, A doutrinadora **Patrícia Tavares**, aduz, em sua obra, de co-autoria com outros professores, Estatuto da Criança e do Adolescente, Aspectos Teóricos e Práticos, editora Lumen Juris, página 519, o seguinte:

“Incluem-se no conceito de autoridade competente indicada no artigo 101 do ECA o Conselho Tutelar e o Juiz da Infância e da Juventude, por força das normas constantes do art. 136, inciso I, e art. 148 do ECA. É importante salientar que tais órgão somente poderão atuar dentro dos limites legalmente



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

impostos pelo próprio Estatuto, tanto no que diz respeito a escolha da medida a ser aplicada, como também, no que tange ao procedimento necessário para tanto.

De outro norte, infere-se que ao Conselho Tutelar cabe, **nos termos do artigo 136, inciso III, alínea IV e XI**, encaminhar **ao Ministério Público** *notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos das crianças e adolescentes, e ações de perda de pátrio poder ou suspensão do pátrio poder.*

Neste ínterim, cabe advertir que qualquer representação ao Ministério Público deve, invariavelmente, vir com a devida **fundamentação** de fato e de direito, ressaltando as medidas que foram aplicadas, e quais as que devem serem aplicadas, sob pena de restar infundadas e devolvidas para as providências que o caso requer, sob pena de responsabilidade legal.

Pátricia Tavares, mais uma vez, com a clareza e propriedade de sempre, argui, em relação ao tema do **Ministério Público** **para aplicação das medidas específicas de proteção :**



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

*“Não restam dúvidas de que tal procedimento é plenamente cabível **quando ainda não instalados o Conselho Tutelar, por força da norma de transição constante no art. 262 do ECA**; a polêmica, em verdade, surge nas hipóteses em que este órgão se mostra inoperante – ou até mesmo incompetente – no exercício de suas atribuições.*

É, no entanto, prática que indubitavelmente, deve ser evitada, especialmente, nos casos em que traz em seu bojo a inércia ou a deficiência na atuação do Conselho Tutelar, seja por carência de infra-estrutura – como, por exemplo, a ausência de carro capaz de agilizar a realização de uma visita domiciliar -, seja em função da inexperiência de seus membros, que á vezes encontram dificuldades na definição da medida adequada, nos casos concretos que lhe são apresentados.

Uma, porque a cada pedido de providências – ou de aplicação de medida protetiva – instaurado, corresponde uma hipótese na



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

*qual o Conselho Tutelar não exerceu a sua missão institucional, desvalorizando o órgão e tornado letra morta o que dispõe o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca da matéria. **Duas**, porque remonta à prática recorrente em tempos pretéritos, baseado no sistema normativo anterior, consistente em atribuir ao Poder Judiciário o exercício de funções típicas, ou seja, não relacionadas à solução direta de conflitos de interesses. **Três**, porque a sua instauração, por vezes, acarreta a ausência – ou o adiamento – de outras ações mais adequadas e eficazes, como, por exemplo, a deflagração de ação de destituição do poder familiar, de ação civil pública destinada a dotar o Conselho Tutelar de infra-estrutura compatível ao exercício de suas funções ou, até mesmo, de ação destinada à destituição de conselheiro que não atenda a capacitação mínima exigível ao exercício de suas atribuições”.*

Por exercer função pública e por disposição da Lei 8429, o Conselheiro Tutelar é considerado agente público para



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

efeitos de **improbidade administrativa**. Devido a relevância de sua função dentro do sistema de garantias, o Conselheiro Tutelar não poder deixar de atender a finalidade contida na lei, porque não tem disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda, sob pena de, no mínimo responsabilização nos termos do art. 11, inciso II da Lei 8429/92, com lesividade presumida.

Ocorre desvio de poder por **omissão** quando o agente abstém de praticar um ato que deveria praticar para atendimento do interesse público e da finalidade legal.

A **omissão**, para caracterizar a improbidade administrativa, deve conter os requisitos além da mera irregularidade ou ilegalidade, deve revestir-se de reprovabilidade pelo desvio de finalidade.

Nos atos administrativo vinculados, a omissão sempre implicará em improbidade administrativa, isto porque a lei só vislumbra a hipótese de atuação do agente nela contida, para se atingir a finalidade objetivada na própria lei. Entretanto, nos atos administrativo discricionários, a omissão revelará improbidade administrativa, sempre que for demonstrável que determinado ato omitido era a providência desejada pela lei para atingir a sua finalidade.



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

Assim sendo, os Conselheiros devem providenciar as medidas de proteção específicas necessárias no caso em concreto, sob pena de responder por **improbidade administrativa por omissão**.

De outro giro, cabe advertir que o Ministério Público deve ingressar, impreterivelmente, com **ação civil pública** para que o Conselho Tutelar se aproprie de suas funções, como fixação de crédito especial, duodécimo, aparelhamento adequado, tais como computador, veículo, etc .

É de se observar, ainda, que o artigo 88 do Estatuto elenca como a primeira das principais diretrizes de política de atendimento à crianças e adolescentes, a sua **municipalização**, o que significa que ao Poder Executivo do Município cabe assumir os poderes até então privativos à Federação brasileira.

Veja-se que o artigo 134 do ECA estabelece, inclusive, a obrigatoriedade de previsão, em **lei orçamentária municipal**, de recursos necessários ao perfeito funcionamento do Conselho Tutelar, o braço forte que zelará pelos direitos da criança e do adolescente.

A jurisprudência tem acolhido o entendimento de compelir a Prefeitura Municipal para a abertura de



Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT

crédito especial ao Conselho Tutelar poder funcionar com os recursos necessários.

“Ação civil pública contra Prefeito Municipal para compelir a providências na abertura de crédito especial ao Conselho Tutelar – Ação procedente – Recurso não provido. Ao Conselho Tutelar é assegurado a previsão de recursos necessários ao seu funcionamento – Sendo órgão autônomo, não depende de meios reservados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cabendo ao Executivo inseri-lo na lei orçamentária com dotação própria” (TJSP, Ap. 039.888.0/12-00, rel. Alves Braga).

Do exposto, conclui-se que, embora seja prática recorrente em determinadas localidades, não é salutar que o Ministério Público, sempre que o Conselho Tutelar não atua de forma desejada ou não consegue atingir, na prática, os fins para os quais foi criado, ingressar, com “pedido de providências” ou de “pedido de aplicação de medida preventiva”, pois haverá, outra possibilidade de atuação diversa e, invariavelmente, mais eficaz, especialmente, aquelas destinadas a que o Conselho Tutelar se aproprie de suas funções, de modo a fazer valer a lei, sob pena se serem os operadores da lei surpreendidos, no futuro, com a mesma sensação de inoperância, ou de impotência.



**Estado de Mato Grosso
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde – MT**

Bibliografia:

Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado, coordenador Munir Cury, editora Malheiros.

Curso da Criança e do Adolescente, aspectos Teóricos e Práticos, editora Lumen Juris.

Proteção Integral, Maria Dianir Acosta Gonçalves, editora alcançe.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Vlater Kenji Ishida, editora Atlas.

Cury, Garrido e Marçura, Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado, editora RT.

Paulo Lúcio Nogueira, Estatuto da Criança e do Adolescente Comentando, editora Saraiva.